

Editorial

Prezadas(os) leitoras(es),

É, mais uma vez, com alegria que trazemos até vocês o volume 11, número 1, 2024, da *Revista Brasileira de Estudos de Defesa (RBED)*. Este número, composto de submissões regulares à *RBED*, reúne trabalhos de autoras e autores que se debruçam aos estudos dos militares e seus impactos na sociedade.

No momento do fechamento deste editorial, temos a continuidade de duas guerras envolvendo países centrais, entre Rússia e Ucrânia e entre Israel e o Hamas, enquanto China se destaca na mediação de um possível governo conjunto entre Fatah e Hamas para a gestão de Gaza pós-conflito. Neste meio tempo, Donald Trump foi vítima de uma tentativa de assassinato, Joe Biden desistiu da campanha pela reeleição e Kamala Harris emergiu como candidata do Partido Democrata, causando uma reviravolta no processo eleitoral dos Estados Unidos da América. Enquanto a tensão entre grandes potências segue elevada e o multilateralismo segue em crise, na América do Sul, a Venezuela ainda sustenta incertezas após um processo eleitoral turbulento, no qual Nicolás Maduro se declarou eleito, à revelia de observadores e da oposição venezuelana, mantendo os insumos por maiores estudos ligados ao campo da segurança e da defesa tanto global quanto regionalmente.

Abrimos esta edição da *RBED* com um texto de Silvia Capanema, “Anistia para quem? Um estudo comparativo da trajetória dos atores sociais da revolta de oficiais de 1893 e da revolta de marinheiros de 1910 no tempo longo”. Em um momento em que se discute a inclusão de João Cândido, o *Almirante Negro*, no livro de Heróis da Pátria, Capanema nos ajuda a enxergar como o tratamento historicamente dado aos revoltosos negros e pobres após a Revolta da Chibata, de 1910, contrasta com a forma com que foram tratados os oficiais na anistia posterior à Revolta da Armada, de 1893. Apesar de ambos os grupos terem sido anistiados, enquanto os oficiais foram reintegrados a seus postos, condecorados, promovidos ou tiveram abertura para a vida política, os praças foram perseguidos tanto dentro quanto fora da Marinha. Com desdobramentos até os dias de hoje, a análise atenta de Capanema nos mostra como instituições podem repercutir assimetrias de poder mesmo com trocas geracionais se a narrativa histórica segue sem um olhar crítico.

Seguindo com um olhar no Brasil, Miguel Dhenin, em nosso segundo artigo, faz uma revisão importante acerca do conceito de grande estratégia no país. “Grande estratégia: origens, abordagens e perspectiva brasileira”

mostra como ainda é pouco discutido, em língua portuguesa, o conceito de grande estratégia. Retomando um debate teórico originalmente anglo-saxão sobre o tema, Dhenin chega até as contribuições brasileiras para um conceito e políticas de grande estratégia que sejam adaptadas às realidades do Brasil, usando o país como análise para demonstrar como os atuais Estados modernos buscam definir seus objetivos estratégicos.

Expandindo nosso olhar para a América do Sul, os três artigos seguintes, em continuidade à temática desenvolvida no dossiê temático da *RBED* sobre fronteiras sul-americanas, discutem temas relacionados ao narcotráfico e tráfico de armas na região, além de uma leitura sobre a migração venezuelana para o Brasil.

Em “Os impactos da flexibilização do acesso a armas no tráfico transfronteiriço entre o Brasil e o Paraguai”, Isabelle Christina Somma de Castro avalia a relação entre os atos normativos de flexibilização na aquisição e porte de armas por parte da gestão de Jair Bolsonaro e os fluxos de armas ilegais na fronteira. Para tanto, a autora avaliou os números de apreensão de armas pela Polícia Federal, na fronteira entre Brasil e Paraguai, entre 2013 e 2022. Castro conclui que, ainda que se tenha observado uma diminuição na apreensão de armas ilegais na referida fronteira, isso pode ter mais a ver com a facilitação para a aquisição de armamentos no Brasil, mediante falsificação de documentos, do que com uma diminuição na circulação de armas no país.

Em nosso quarto artigo, com temática próxima à de Somma de Castro, acima descrito, Júlio César Lacerda Martins, Carlos Eduardo De Franciscis e Eduardo Oliveira analisam, em “Tríplice Fronteira sul: um estudo da entrada de ilícitos transfronteiriços”, os fluxos ilegais na fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai entre 2011 e 2021. Os autores sugerem que houve uma mudança no perfil de apreensões de ilícitos no período, indicando que cigarros passaram a ser mais contrabandeados do que drogas na década analisada. Ambos os artigos são contribuições que nos ajudam a enxergar como o perfil de apreensão de ilícitos nas fronteiras brasileiras tem mudado, mas também lançam perguntas para pesquisas futuras sobre explicações que apontem causalidades, a fim de contribuir para uma melhor compreensão do problema e da avaliação das políticas públicas destinadas ao setor.

Marcus Vinícius Gonçalves da Silva trabalha, no artigo seguinte, “Ajuda humanitária: a contribuição da Operação Acolhida na estratégia de interiorização dos venezuelanos”, o segundo maior fluxo migratório do mundo hoje, na Venezuela. Em um momento em que os olhos do mundo se voltam à Venezuela, após a tão esperada eleição presidencial de 28 de julho de 2024, é relevante compreender a logística adotada pelo Brasil na

recepção e acolhimento dos imigrantes venezuelanos como forma tanto de preparação para eventuais crises futuras quanto pela própria compreensão das nefastas consequências de um regime vizinho autoritário na parte de dentro de nossas fronteiras. O autor apresenta que os resultados da Operação Acolhida são positivos, mas que ainda há espaço para incremento nas políticas pós-interiorização para melhor integração dos imigrantes à sociedade.

Ampliando nosso olhar para as grandes potências, seguimos com dois artigos que analisam aspectos das políticas de defesa da China e a sua relação com novas tecnologias. No primeiro deles, “Guerra cognitiva e militarização da neurociência: programas de pesquisa em neurotecnologias dos Estados Unidos e da China”, Christiano Ambros nos apresenta o conceito de guerra cognitiva e sua associação a um processo de militarização da neurociência. Seguindo a inclusão pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) do domínio cognitivo como um novo domínio operacional da guerra, Ambros demonstra como o cérebro humano será, nas palavras do autor, “o campo de batalha do século XXI”. Ambros apresenta o potencial que a neurotecnologia pode desenvolver no campo da preparação para a guerra, demonstrando como os programas desenvolvidos pela China e pelos Estados Unidos da América têm atraído grande parte dos investimentos em novas tecnologias no campo da guerra.

No nosso sétimo e último artigo desta edição, de Bruno Moser Nunes, Felipe David de Oliveira e Renato Victor Lira Brito, “Ciberdefesa e projeção de poder no ciberespaço: uma análise exploratória da China”, os autores trabalham como o governo chinês tem investido no domínio do ciberespaço, em estratégias que passam tanto por esforços de *hard* quanto de *soft power*, o que é entendido como *software power*. Segundo os autores, o uso do *software power* pela China no ciberespaço pode ser entendido dentro dos moldes tradicionais de proliferação, e é usado como forma de os Estados — neste caso, a China — atingirem os seus objetivos estratégicos de projeção de poder.

Duas resenhas completam o v. 11, n. 1, 2024 da *RBED*. Na primeira delas, Daniel Rei Coronato avalia o livro *On Wars*, de Michael Mann (Yale University Press, 2023). Coronato faz uma leitura de como o livro dialoga com a produção multidimensional de Mann, mostrando a realidade social como redes de poder. Para Mann, mais do que um realismo perene ou uma luta de classes a orientar as guerras, visões segundo ele generalizantes da história, é a construção social que define as guerras, rejeitando a ideia de uma única teoria para explicar um fenômeno tão complexo quanto a guerra.

Em nosso último texto, Vinícius Modolo Teixeira resenha *A Guerra dos Chips*, de Chris Miller (Globo Livros, 2023). Teixeira traz que a geopolítica

tradicional também pode operar em dimensões nanométricas, para além de questões ligadas a territórios, geografia, economia e supremacia militar. Tendo um número reduzido de atores e empresas capazes de produzir os *microchips*, presentes em todos os modernos equipamentos eletrônicos, o autor apresenta a relação entre a indústria de defesa e investimentos em indústria de alta tecnologia. Ainda que isto não seja novo, a forma como Miller conecta a estratégia geopolítica e a produção de alta tecnologia e de semicondutores nos últimos 70 anos evidencia que tanto o domínio tecnológico por poucas empresas quanto a concentração da produção em apenas dois locais, Taiwan e Coreia do Sul, demonstram uma vulnerabilidade estratégica relevante para os Estados que aspiram o status de grandes potências no sistema internacional contemporâneo.

Em nome da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), agradecemos a todas(os) as(os) autoras(es) que tão gentilmente buscaram a *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* para a publicação de suas pesquisas. Desejamos a todas e todos uma boa leitura!

Lucas Pereira Rezende

Editor-Chefe da *RBED*

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, 1º de julho de 2024